

A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CAMPO GRANDE – MS (1996-2004)*

THE BUILDING OF THE MUNICIPALIZATION PROCESS OF THE ESPECIAL EDUCATION IN CAMPO GRANDE – MS (1996-2004)

Nesdete Mesquita Corrêa**

RESUMO:

Este estudo teve como objetivo conhecer, descrever e analisar a maneira pela qual o município de Campo Grande (MS) se organizou para atender às diretrizes emanadas pela política nacional em relação à Educação Especial, a partir da LDB n. 9.394/96. Concluiu-se que a municipalização da Educação Especial em Campo Grande tem sido configurada sem a participação da comunidade escolar ao organizar os serviços e elaborar a legislação da Educação Especial, denotando a exclusividade da administração municipal nas decisões do processo de municipalização. Evidenciou-se, também, uma tendência a movimentos complementares de publicização e terceirização dos serviços oferecidos, quando o município buscou parcerias com instituições privadas e organizações não-governamentais para o atendimento aos serviços complementares de saúde e educação, indicando que o poder público não assumiu efetivamente os serviços a serem prestados à população.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação especial; municipalização, política educacional brasileira; Campo Grande.

* Pesquisa desenvolvida na Linha de Pesquisa Estado e Políticas Públicas de Educação, do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Educação – CCHS/UFMS (2005).

** Psicóloga e Pedagoga. Mestre em Educação/UFMS. Professora do Curso Normal Superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Campo Grande – UNAES. E-mail: nesdete@ig.com.br

ABSTRACT:

This study had the aim to know, describe and analyze the way Campo Grande (MS) city has organized itself to attend the rules proceeded from the national politics in relation to the Especial Education, as from the LDB n. 9.394/96. The conclusion was that the municipalization of the Especial Education in Campo Grande has been formed without the participation of the school community at organizing the services and making the laws of the Especial Education, denoting the exclusiveness of the municipal administration in the decisions of the process of municipalization. It was also clear a tendency to complementary movements of making known and hiring the services of another company, when the city looked for partnerships with private institutions and non-governmental organizations to attend the complementary services of health and education, showing that the executive has not effectively assumed the services to be offered to the population.

KEY-WORDS:

Special education; municipalization; Brazilian educational politics; Campo Grande.

Nos anos 1990, o desenvolvimento das políticas públicas em nosso país caracterizou-se pelo movimento de municipalização, previsto na Constituição Federal de 1988, com a ampliação das responsabilidades dos municípios. Desse modo, as políticas da educação também passaram a ser estabelecidas e, a partir de 1994, com o discurso de oferecer a Educação Básica de qualidade para todos e expandir as ações da educação especial, a política nacional de educação especial começou a ser implantada em alguns municípios do país e implementada em outros, junto ao processo de municipalização do Ensino Fundamental.

Diante do redimensionamento das responsabilidades do poder municipal, o presente estudo ao buscar conhecer, descrever e analisar como o município de Campo Grande (MS), se organizou para atender às diretrizes emanadas pela política nacional em relação à Educação Especial, a partir do sancionamento da LDB n. 9.394/96, centrou seu foco de análise nos vínculos entre Educação, Estado e Sociedade, ou seja, na dinâmica de produção das políticas e de suas determinações sociais, políticas e econômicas.

Para o desenvolvimento do trabalho foi necessário realização de pesquisa documental, entrevistas com pessoas que participaram da implantação dos serviços de Educação Especial no município e no Estado de Mato Grosso do Sul, coleta de informações na Secretaria Municipal de Educação, e organização de dados registrados pela pesquisadora que acompanhou e coordenou, em diferentes momentos, a construção dos serviços de Educação Especial na Rede Municipal.

Segundo Krawczyk (2000, p.2), no processo de mundialização da economia, o conhecimento é freqüentemente apresentado como a principal variável na explicação das novas formas de organização social e econômica, e muitas vezes como condicionante e gerador de novas desigualdades e diferenciações. Desse modo, justifica-se a centralidade que se tem atribuído à educação escolar, e cada vez mais, a política educacional passa a ser considerada no marco das políticas públicas sociais, como uma política de caráter instrumental e subordinada à lógica econômica.

Nesse contexto, a política educacional brasileira estabelecida em nível federal, na década de 1990, incorpora elementos advindos desse novo paradigma, em que serviços como os de saúde e educação passam a ser gerenciados pela iniciativa privada e, portanto, sujeitos às leis de mercado, além de assumir o discurso da universalização da educação.

De acordo com Arelaro (2000, p.96), a década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o 'sentimento nacional' de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu

antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

A autora assinala que dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década é marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Devido ao significativo atraso da educação brasileira em relação à universalização da educação, o qual é evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão pressionar países como o Brasil¹ e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a Educação para Todos, que passa a se constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais (ARELARO, 2000).

Para Arelaro (id., p. 102), o segundo quinquênio (1995-1999), com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, trouxe modificações significativas na concepção de democracia e do papel da sociedade brasileira no mundo globalizado; transparece a discordância com as prioridades apresentadas pelo governo de Itamar Franco, denotando-se uma das diferenças mais significativas nas reformas educacionais. O referido período é caracterizado por propostas e formulações claramente defendidas em discursos fundamentados pela redução do aparato do Estado e do financiamento das áreas sociais, privatização das empresas estatais rentáveis, redução dos direitos sociais dos trabalhadores assalariados, transferências a empresas privadas e organizações não-governamentais de responsabilidade que sempre estiveram sob a responsabilidade sob a égide do Estado, com reconceituação de público e privado, ao transformar instituições públicas estatais em organizações sociais que obedecem à lógica de mercado.

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência. Ao fundamentar-se nessa perspectiva teórico-metodológica, busca-se a relação entre o universal – o modo de produção capitalista e suas especificidades – e o singular, em questão, a política educacional brasileira e seus desdobramentos para a educação especial. Segundo, que as políticas públicas sociais somente se estabelecem quando têm o caráter de intervenção, de universalidade, de direitos sociais, não se configurando apenas como emergenciais, ao serem desenvolvidas setorialmente como pretensão de uma política social.

¹ Países com grande população e baixo índice de escolaridade (altas taxas de analfabetismo, repetência e evasão escolar).

De acordo com Peroni (2003, p.21), fazer referência à redefinição do papel do Estado no movimento maior da crise do capitalismo, numa perspectiva lógico/histórica, é compreender que este tem na vida material dos indivíduos sociais a sua base. Essa vida material não ocorre de acordo com a vontade do Estado; está condicionada pelo modo de produção capitalista, pelas formas de intercâmbio, necessárias enquanto houver a divisão do trabalho e propriedade privada. Assim, este estudo evidencia que ao se elaborar políticas públicas sociais há toda uma concepção de Estado indicando que essas só ocorrem em períodos democráticos, pois pressionam o Estado a elaborar políticas públicas de intervenção.

Em nosso país, a ausência do compromisso por parte do Estado em relação às questões educacionais fez com que as instituições não governamentais, sobretudo as religiosas, passassem a assumir a educação no Brasil. No entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade. O fato do Estado não assumir satisfatoriamente a escolarização das pessoas com deficiência, abre espaço para que as instituições assistenciais passem a assumir cada vez mais a educação especial no Brasil, o que pode ser constatado com a criação da Sociedade Pestalozzi (década de 1920) das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Como afirmam Ferreira e Glat (2003, p.373), somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a idéia de uma educação especial escolar integrada aos sistemas de ensino, no contexto da expansão do acesso ao ensino primário. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, regularizando as funções entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais.

Em 1971, a educação especial é novamente explicitada na Lei educacional n. 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

No entanto, ao ser promulgada a Constituição de 1988, o redimensionamento estabelecido das competências entre a federação, estados e municípios, acaba por proporcionar o afastamento gradativo do poder federal no desenvolvimento das políticas sociais, ficando a cargo de cada esfera administrativa, decidir sobre as questões locais. No texto constitucional, o conceito de setor público e privado é apresentado com uma nova roupagem, a de instituição comunitária.

Já na década de 1990, o movimento internacional de reforma se configurou como alegação de que dessa forma daria condições aos sistemas educacionais dos países com maior número de analfabetos e maiores déficits no atendimento da escolaridade obrigatória, dentre eles o Brasil, visando promover a erradicação do analfabetismo e a universalização

do ensino fundamental, para enfrentar os desafios de uma nova ordem econômica mundial. O compromisso assumido por seus governos e pelos organismos internacionais na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990, caracterizou o marco das mudanças estruturais do Estado, principalmente no que se refere à política de compensação social e regulação e à definição do papel da sociedade civil.

Nesse contexto, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, apresentando uma administração gerencial que tem a lógica do mercado e a proposição de organizações públicas não-estatais, na qual estão incluídas a privatização, a publicização e a terceirização, como apresenta Pereira (2005, p. 19):

[...] privatização é um processo de transformar uma empresa estatal em privada. Publicização, de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal. Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.

Dessa forma, o projeto de reforma do Estado implantado pelo governo, é consolidado na perspectiva da proposta neoliberal, na medida que as estratégias adotadas para a efetivação das políticas públicas, especialmente as políticas educacionais, são reorientadas para atender ao mercado, dentre elas as políticas da educação especial.

Segundo Kassar (2003, p.267), para entendermos a educação especial como uma política pública é de fundamental importância que sejam analisados os aspectos da sua história no contexto do movimento da sociedade, especialmente, as determinações estabelecidas com a Reforma do Estado, implantada no Brasil a partir de 1995. Dentre elas, podemos destacar os novos conceitos estabelecidos sobre a educação especial, assim definidos na LDB 9.394, ao instituir que a modalidade da educação especial será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Ainda, de acordo com a autora, foi "sob o discurso liberal que os serviços de educação especial desenvolveram-se no Brasil, de modo muito incisivo sob a administração de entidades não governamentais, principalmente sem fins lucrativos" (id., p.269), sendo exemplar e antecipadora do processo de publicização atualmente proposto pelo governo federal, o que pode ser observado neste estudo, pois a trajetória da educação especial no município de Campo Grande (MS), não difere da realidade nacional apontada por Kassar (id.), visto que essa também se constituiu com a forte marca das instituições especializadas e não governamentais.

Desde a década de 1930, existem publicações de informativos² da cidade de Campo Grande com dados sobre a atuação do poder público municipal no oferecimento da educação, seja nas escolas municipais, seja nas escolas subvencionadas pela prefeitura. A Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (Reme) iniciou suas atividades no ano de 1934, período expressivo de lutas nacionais³ pela democratização da escola pública em nosso país.

De acordo com Enciso (2003, p. 35), em 1948, criou-se a Seção de Educação e Assistência Educacional de Campo Grande, passando a funcionar o primeiro setor da Prefeitura Municipal para tratar dos assuntos referentes à educação. Como apresenta o documento da Secretaria Municipal de Educação – Alternativa Curricular⁴, com a Lei n. 663, de 1959, foi criada a Secretaria de Educação e Saúde do município de Campo Grande, no então Estado de Mato Grosso, à qual competia planejar e executar os serviços municipais de educação e cultura, saúde e assistência social. Em 1964, a Lei n. 896 altera a Lei n. 663/1959 e define as atribuições da Secretaria de Educação e Cultura (Semec), que tinha como competência a coordenação da Rede Escolar mediante a lotação de funcionários e da assistência material às escolas. Em 1985 ocorre o desmembramento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os Decretos n. 5192 e n. 5193 aprovaram os regimentos da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte e, a partir de então, a Secretaria Municipal de Educação passou a ser denominada Semed.

A história da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande é bastante recente. Historicamente, da mesma forma que os serviços de supervisão escolar e orientação educacional existentes, a educação especial iniciou-se como um apoio itinerante às várias unidades escolares, no final da década de 1970, no então Serviço de Apoio ao Estudante, posteriormente transformado em CAE, em 1985. Inicialmente, o trabalho desse setor era desenvolvido por profissionais de Psicologia e de Serviço Social, visando ao acompanhamento das dificuldades apresentadas pelos alunos nas escolas. Um dos trabalhos que marcou as atividades da CAE é o *Projeto Bem-Me-Quer*, projeto experimental de alfabetização, criado em 1985, para atender a um grande número de alunos com dificuldades de aprendizagem, à evasão e à repetência na primeira série, com maior incidência em algumas escolas municipais.

2 **Anuário de Campo Grande**, maio de 1930, p. 72-73, 80; **Folha da Serra**. Revista mensal ilustrada. Campo Grande, 26 de agosto de 1936, p. s.n; **Revista Mensal Éco**. Ano I, n. 2-3, maio de 1939, Campo Grande, p. 6.

3 Movimento dos pioneiros com Manifesto de 1932, que conclamou do poder público maiores oportunidades educacionais para a população brasileira, ao propor mudança dos mecanismos internos da escola como forma de democratização.

4 Elaborada pelo Laboratório de Currículo da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, 1992.

Oliveira et al (2004)⁵ indicam que data de 1988 a implantação de uma Equipe Multiprofissional na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, composta por assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, professora especializada em deficiência visual e orientador educacional, para atendimento da rede municipal. Os alunos com suspeita de deficiência eram detectados pela equipe e encaminhados para atendimento nas instituições especializadas existentes no município (APAE, Pestalozzi, Colibri, com atendimento para autistas, Instituto Sul-Matogrossense para Cegos Florivaldo Vargas – ISMAC, Centro de Atendimento ao deficiente da Áudio-Comunicação – CEADA) e nas classes especiais e salas de recursos da rede estadual. Essa equipe pertencia à Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE).

Nos anos 1980, de acordo com relatos de técnicos que atuavam na época na Secretaria Municipal de Educação, era possível observar uma certa resistência para o município assumir a educação especial, fundamentando-se no argumento da inexistência de recursos para a implantação dos serviços. Nesse período, o sistema municipal de ensino, ao se deparar com grande número de alunos com dificuldades de aprendizagem, organizou as primeiras classes de recursos em três escolas municipais. Porém, ao serem regulamentadas em documento oficial da Secretaria Municipal de Educação, com ênfase no fracasso escolar e em alunos cuja deficiência apresentava maior comprometimento, eram encaminhadas às escolas estaduais e instituições especializadas.

Em meados da década de 1990, foi implantado um setor para a educação especial na estrutura dos serviços da Secretaria, que oferecia nas escolas da rede municipal o apoio pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem; aqueles identificados com necessidade de intervenção pedagógica mais específica continuavam a ser encaminhados às escolas estaduais e às instituições especializadas.

Em 1993, há a mudança da Equipe Multiprofissional para o Departamento de Ensino. O serviço passou a ser denominado de Núcleo de Educação Especial, com subdivisões da equipe profissional por área de deficiência (Deficiência Auditiva – DA, Deficiência Mental – DM, Deficiência Visual – DV, Deficiência Física – DF), porém ainda sem oferecimento de serviços de apoio na Rede Municipal de Ensino.

Em 1994, ocorre alteração do nome do setor para Núcleo de Apoio ao Ensino dos Portadores de Necessidades Especiais, em adaptação à nomenclatura adotada pela Política Nacional, publicada em 1994. Nessa época inicia-se o apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem e com suspeita de deficiência – na própria escola. No entanto, quando

5 Ver OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares de; CORRÊA, Nesdete Mesquita; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Construção da educação inclusiva: a situação de Campo Grande, 2004. In: **Políticas de inclusão escolar no Brasil: descrição e análise de sua implantação em municípios das diferentes regiões.** Sociedade, Democracia e Educação: qual universidade? 27ª reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. ANPEd. Caxambu, 2004, v. 1. p. 1-146.

havia a detecção da necessidade de atendimento mais específico, o aluno continuava a ser encaminhado às Instituições Especializadas.

Prieto (2002, p. 45) ao fazer referência sobre as reformas educacionais que foram implantadas no país na perspectiva das políticas neoliberais, inclusive para a educação especial, principalmente a partir de 1995, afirma que:

[...] a municipalização do ensino fundamental, principalmente após 1995, é o eixo central da política educacional brasileira [...] a Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) defende que o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais deve ser assumido pelas prefeituras [...].

Desse modo, atendendo às orientações das políticas emanadas pelo governo federal o município de Campo Grande iniciou seu atendimento efetivo, com abertura de salas de recursos para alunos com deficiência auditiva e deficiência mental, nos anos de 1995, 1996, 1997. Registra-se que nas salas de recursos para deficiência mental eram atendidos alunos considerados com dificuldades de aprendizagem. Não foram localizados documentos, referentes a esse período, que indicassem uma política municipal de apoio educacional específico aos portadores de necessidades especiais⁶.

Em 1997, ocorre a reestruturação do organograma da Secretaria Municipal, de modo que fica reconhecido o Serviço de Educação Especial e estabelece-se uma política de apoio pedagógico específico ao aluno, que tem como referência a Política Nacional de Educação Especial 1994 (MEC/SEESP). Assim, em 1998, é realizada a transferência das salas de recursos em funcionamento para escolas onde havia demanda de apoio pedagógico específico.

Durante os anos de 1999 e 2000, os serviços de apoio diversificam-se e expandem-se para outras escolas. Além das salas de recursos, passam a existir: ensino itinerante, intérprete de língua brasileira de sinais, Núcleo de Produção Braille e Tipos Ampliados e transporte do escolar. Também em 2000, o município elabora a Resolução SEMED n. 31 de 3/5/2000, que dispõe sobre as Normas e Funcionamento da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

Sob as diretrizes estabelecidas da Resolução 02/01 – CNE/CEB⁷ ocorre a publicação de 4 documentos municipais: o Decreto n. 8510, de 9/8/2002, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Esse documento registra a Divisão de Políticas e Programas para Educação Especial, que passa a constar do organograma da secretaria; a Deliberação do n. 77, de 5/12/2002, do Conselho Municipal de Educação, que dispõe sobre a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais

6 Terminologia utilizada na época para designar o alunado da educação especial.

7 Resolução CNE/CEB n. 2, de 11/9/2001. Diário Oficial da União n. 177, seção 1, de 14/9/2001.

especiais, na educação básica, em todas as suas etapas e modalidades do sistema municipal de ensino; a Resolução SEMED n. 56 de 4/4/2003, que dispõe sobre as normas e funcionamento da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas da Rede Municipal de Ensino e o Decreto n. 4067 de 15/8/2003, que cria o Centro Municipal de Educação Especial. Esses documentos organizam os serviços de Educação Especial na rede municipal de Campo Grande.

Segundo dados apresentados pela Secretaria Municipal de Educação, pode-se constatar que no período de 1996 a 2004 houve uma evolução significativa do número de matrículas na educação infantil e no ensino fundamental da Reme. Em 1996, o sistema municipal contava com um total de 50.269 matrículas, destas 2176 na educação infantil e, 43.972 no ensino fundamental, passando respectivamente, em 2004, para 4928 matrículas na educação infantil e 67.965 matrículas no ensino fundamental, totalizando-se 74.679 matrículas, denotando um acréscimo em torno de 24.000 vagas no sistema municipal de ensino.

Diferentemente da demanda de matrículas no sistema municipal, em 1996 a rede estadual de ensino de Campo Grande apresentava um total de 86.546 de matrículas no seu sistema. No entanto, no referido período ocorreu um decréscimo no número de matrículas na rede estadual, ou seja, de 2682 matrículas em 1996, para 2341 matrículas em 2004, na educação infantil e, de 62.208 matrículas em 1996, para 40.506 matrículas, no ensino fundamental, totalizando-se em 2004, 87.105 matrículas, indicando um crescimento inferior a 1000 (mil) vagas em relação a 1996.

No período em questão a evolução do atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais na Reme ocorreu com a implantação de serviços de apoio pedagógico no sistema público municipal já mencionados neste estudo, totalizando-se em 2004, 36 salas nas seguintes modalidades: 25 para deficiência mental, 10 para deficiência auditiva, 1 para deficiência visual. Além das salas de recursos 9 escolas com a oferta de intérprete de língua brasileira de sinais; 7 com professor de apoio itinerante e 2 com classes especiais, perfazendo assim a oferta dos serviços em 30 escolas do universo de 85 unidades escolares que compõem a Rede Municipal de Ensino de Campo Grande.

Porém, vale ressaltar que mesmo com uma política estabelecida de contratação de profissionais para vários apoios específicos da educação especial nas unidades escolares da Reme e no Centro Municipal de Educação Especial, grande parte dos atendimentos realizados tanto na área da educação como da saúde, principalmente nos anos de 2003 e 2004, foi feito em parceria com uma instituição não-governamental, de caráter privado, sem fins lucrativos e com duas instituições de ensino superior, também privadas. Em 2003, dos 72.065 alunos matriculados na educação básica na Reme, registrou-se 1610 alunos atendidos pelo sistema municipal, evidenciando que o número de alunos atendidos pelo município é mínimo em relação às parcerias, caracterizando assim, a ausência do Estado.

Ainda, é oportuno enfatizar que com a política nacional de municipalização da educação especial, a partir de 1998, houve um significativo repasse de recursos⁸ do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) para a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, que foram utilizados na capacitação de docentes, compra de equipamentos, de material didático e pedagógico, de material de consumo e do transporte do escolar para viabilizar o funcionamento das salas de recursos, materializando assim uma estratégia de ação do Estado nas políticas públicas da educação especial.

Desse modo, este estudo ao investigar a responsabilidade do município de Campo Grande no oferecimento dos serviços da educação especial, indica como hipótese que a educação especial entrou na pauta de discussão do município de Campo Grande no momento em que este segmento assumiu o ensino fundamental.

Sob esse aspecto, frente aos dados analisados nesta pesquisa pode-se verificar que o processo de municipalização da educação especial nas escolas da Rede Municipal de Ensino (Reme) de Campo Grande só ocorreu no momento em que o município passou a oferecer prioritariamente o ensino fundamental, principalmente a partir de 1998, diante do expressivo aumento do número de matrículas na Reme, apontados neste trabalho.

No período proposto pelo estudo, em decorrência das necessidades específicas apresentadas pelos alunos, ficou evidenciado que a administração municipal investiu na estrutura de uma política educacional para os sujeitos que requerem o apoio da educação especial. Os serviços foram implantados em regiões e em escolas municipais com maior necessidade e demanda, com expansão a partir dos anos de 1999 e 2000, e se pautaram em atos legais que normatizam o seu funcionamento.

Ao analisar os documentos municipais foi possível constatar o registro integral dos aspectos da municipalização da educação, estabelecidos pelas diretrizes dos documentos nacionais da educação especial para a educação básica, tanto no que se refere à caracterização do alunado, organização dos serviços, capacitação dos profissionais, aquisição de equipamentos e material didático-pedagógico necessários às especificidades dos alunos.

Na prática, cabe também destacar, no que é possível, a busca da interlocução da educação especial com a educação básica, com relação à dinâmica de acompanhamento dos alunos pelos professores dos serviços de apoio pedagógico específico dos alunos nas classes comuns, também no envolvimento do conjunto de profissionais das escolas municipais em suas capacitações (não apenas os que atuam na educação especial), na tentativa de ampliar oportunidades e procurar condições favoráveis ao acesso e à permanência dos alunos nas escolas. O fato dos serviços da educação especial no município não se constituírem em classes especiais, desde sua implantação, é um indicativo, dentro

⁸ Recursos no valor de R\$ 244.319,82 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos). Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (MS) – Grupo Orçamentário e Financeiro.

das suas limitações, da presença de uma educação que privilegia os aspectos de uma educação inclusiva, pelo menos no que tange ao *locus* da matrícula no sistema de ensino.

Pelos estudos realizados pode-se observar que no processo de municipalização da educação especial em Campo Grande, não fica caracterizada a participação da comunidade escolar na organização dos serviços e elaboração da legislação da educação especial, denotando, assim, a exclusividade da administração municipal nas decisões do processo de municipalização. Também se evidenciou uma tendência à publicização e terceirização dos serviços oferecidos, quando o município buscou parcerias com instituições privadas e organizações não-governamentais para o atendimento aos serviços complementares de saúde e educação, indicando que o poder público não assumiu efetivamente os serviços a serem prestados à população.

Referências

ANUÁRIO DE CAMPO GRANDE. A instrução em Campo Grande. Campo Grande, maio de 1930, p. 80.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (orgs.).

O Cenário educacional Latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate. Campinas: Autores Associados, 2000. p.95-116.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1961.

_____. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Estabelece as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. In: BREJON, M. (org.). Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus. 20. Ed. São Paulo: Pioneira, 1988.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994, livro 1.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2003.

CAMPO GRANDE. Conselho Municipal de Educação. **Deliberação n. 77, de 5 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, na educação básica, em todas as suas etapas e modalidades do sistema municipal de ensino.

_____. **Decreto n. 5.192, de 4 de junho de 1985.** Aprova o regimento da Secretaria Municipal de Educação.

_____. **Decreto n. 5.193, de 4 de junho de 1985.** Aprova o regimento da Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte.

_____. **Decreto n. 8.510, de 9 de agosto de 2002.** Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e dá outras providências.

_____. **Decreto n. 4.067, de 15 de agosto de 2003.** Dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Educação Especial e dá outras providências.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Resolução SEMED n. 31, de 3 de maio de 2000.** Dispõe sobre as normas e funcionamento da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, nas escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

_____. _____. **Resolução SEMED n. 56, de 4 de abril de 2003.** Dispõe sobre as normas e funcionamento da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação. **Alternativa Curricular de Geografia.** Laboratório de Currículo.Campo Grande, 1992.

DECLARAÇÃO MUNDIAL sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990). Brasília: UNICEF, 1991.

ENCISO, Oliva. **Mato Grosso do Sul – minha terra.** 2. ed. ver. Ampl.. Campo Grande, MS: SENAI, 2003.

FERREIRA, Júlio Romero; GLAT, Rosana. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de (orgs.). **Desafios da educação municipal.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p.372-390.

FOLHA DA SERRA. Revista mensal ilustrada. Campo Grande, 26 de agosto de 1936, p. s.n.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial brasileira no contexto da reforma do Estado. In: SENNA, E (org.). **Trabalho, educação e política social.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 267-285.

KRAWCZYK, Nora. A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Cenário educacional Latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate.** Campinas: Autores Associados, 2000. p. 2-11.

OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares de; CORRÊA, Nesdete Mesquita; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Construção da educação inclusiva: a situação de Campo Grande, 2004. In: **Políticas de inclusão escolar no Brasil:** descrição e análise de sua implantação em municípios das diferentes regiões. Sociedade, Democracia e Educação: qual universidade? 27ª reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. **ANPEd.** Caxambu, 2004, v. 1. p. 1-146.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/cadernos_mare/CADERNO1.PDF>. Acesso em 27 mai. 2005.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PRIETO, Rosângela Gavioli. A construção de políticas públicas de educação para todos. In: PALHARES, Marina S.; MARINS, Simone (orgs.). **Escola Inclusiva.** São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 45-59.